



Balanço Ambiental e o seu reflexo na Prefeitura Municipal de Jussara

Environmental Balance and its impact in Jussara City Administration

Balance Ambiental y su impacto en el Municipio de Jussara

Max Vinicius Silva

Wéliton Batista Moraes

Graciele Araújo de Oliveira

Denise Gomes Barros Cintra

RESUMO

A sociedade atualmente possui uma maior preocupação com o meio ambiente, sendo que tem chamado a atenção da sociedade e principalmente, das empresas que demonstram ter uma maior consciência a respeito da importância do equilíbrio ambiental. Diante disso, surgiu a Contabilidade Ambiental, que se constitui como um mecanismo que possibilita o desenvolvimento financeiro das empresas e a preservação constante da natureza. O objetivo deste artigo é demonstrar a importância do Balanço Ambiental e apresentar os investimentos realizados pela Prefeitura Municipal de Jussara – GO na área ambiental, demonstrando que a temática tem uma ampla área de atuação. Além disso, destaca-se por ser um mecanismo que possibilita que as empresas mantenham o seu desenvolvimento e ao mesmo tempo consigam utilizar os recursos ambientais de forma sustentável, cumprindo o que é determinado pelas leis. Por meio da pesquisa, possibilitou-se observar a necessidade constante de investimentos na área ambiental e a necessidade de cuidados na preservação com meio ambiente.

PALAVRAS – CHAVE: Meio ambiente. Empresas. Município.

ABSTRACT

Currently, society is more concerned with the environment and has drawn the attention of society and especially of companies that demonstrate greater awareness of the importance of environmental balance. Therefore, Environmental Accounting emerged, which is a mechanism that enables the financial development of companies and the constant preservation of nature. The objective of this article is to demonstrate the importance of the Environmental Balance and presents the investments made by the Municipality of Jussara – GO in the environmental area, demonstrating that the theme has a wide area of action. In addition, it stands out for being a mechanism that enables companies to maintain their development and at the same time manage to use environmental resources sustainably, complying with what is determined by laws. Through the research, it was possible to observe the constant need for investments in the environmental area and the need for care in preserving the environment.

KEYWORDS: Environment. Companies. County.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a sociedade exerce uma maior pressão sobre as entidades públicas e privadas em relação a forma como tratam o meio ambiente. Diante disso, a exigência dos mercados levou as empresas a adotarem uma política com maior controle de preservação e recuperação do meio ambiente

A sociedade do século XXI pode ser considerada letrada digitalmente, uma vez que a maioria das pessoas consegue utilizar os aparelhos eletrônicos com o objetivo de atender as suas demandas e isso inclui a relação com o sistema financeiro que está a apenas um “toque” de distância e possibilita uma maior interação entre as empresas e o consumidor. A partir dessa interação, podem ser realizadas licitações, contratos, análise de dados, o sistema financeiro e os resultados apresentados no decorrer de um período que poderá ser positivo ou negativo. Neste contexto, as empresas têm o papel de pensar sobre suas práticas juntamente com o desenvolvimento social, ambiental e econômico, ademais deve pensar nas formas que isso afeta a sociedade.

Diante disso, a responsabilidade social passou a fazer parte da estratégia empresarial para ter maiores lucros e potencializar a sua expansão. Isso acaba por trazer pontos positivos no processo de desenvolvimento e para a comunidade na qual está inserida.

Já no setor público, a responsabilidade social é um dos pilares do Estado e tem como principal objetivo a promoção de uma vida como melhores condições, através da implantação de políticas públicas que consigam atender as necessidades, contudo deve prestar contas dos recursos que foram aplicados.

Segundo Oliveira (1984), a responsabilidade social está relacionada com as questões éticas e morais que acabam por envolver as políticas desenvolvidas pela empresa. Ao se pensar no setor público, a responsabilidade social como uma prática vivenciada no seu interior, não se pode discutir se as suas ações são responsáveis ou não, já que este não é o seu objetivo. Portanto, o Estado deve propor ações que consigam sanar as problemáticas da sociedade relacionadas com a saúde, segurança, educação, transporte e outros benefícios que levem a sociedade a ter uma vida digna.

Na visão de Iudícibus e Marion (2007), “o propósito da Contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira [...], física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade” (p. 53).

Por consequência, o Estado tem o dever de elaborar um relatório que possibilite a toda a sociedade que acessar o sistema contábil consiga compreender as informações presentes, além disso, o poder público deve demonstrar que os valores conseguiram produzir melhorias na vida da sociedade e a efetividade destas atividades.

O presente trabalho busca demonstrar a importância do Balanço para a Prefeitura Municipal de Jussara. É uma pesquisa de caráter bibliográfico se utilizando dos teóricos que trabalham a temática e os dados disponibilizados no site oficial do município.

Os questionamentos que levaram ao desenvolvimento da pesquisa foram: Qual a importância do balanço social para a gestão municipal? Como a prefeitura Municipal de Jussara produz seu balanço social? Quais são os investimentos realizados pelo Poder Executivo Municipal? Como é produzido um balanço social?

É uma pesquisa de caráter documental bibliográfico que se ampara em dados e documentos que tratam a respeito da questão do balanço social, dentro da esfera municipal observando como a Prefeitura Municipal de Jussara se propõe a realizar tal atividade. Para isso, serão realizados o processo de revisão literária fundamentada nos artigos pesquisados que tratam sobre a temática, análise de dados e a entrevista com o contador municipal para demonstrar a fundamentação.

Ao longo da pesquisa, foi possível observar que as atividades relacionadas com a Gestão Ambiental se constituem como um sistema que acaba por ser absorvido pelas empresas e não consegue desenvolver a sua autonomia. Este fato está relacionado com os dispositivos legislativos que determinam a forma de preservação e os interesses comerciais. Além disso, existe uma ênfase da preocupação das pessoas com o meio ambiente, com maior destaque no período da pandemia provocado pelo vírus do coronavírus.

Kraemer (2013) destaca que as organizações devem ter a capacidade de se adequar as necessidades ambientais de acordo com os aspectos particulares e as decisões que devem ser tomadas, mas conseguindo manter uma postura de respeito com a natureza.

No atual contexto, as leis possuem uma postura mais severa com os danos contra a natureza e impõe restrições em casos de destruição. Destaca-se o fato de que muitas empresas e empresários possuem temores de trabalhar a respeito da temática, que acontece devido à falta de orientações e desconhecimento a respeito de como se portar nestas ocasiões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico, busca-se trazer conceitos importantes a respeito do Balanço Ambiental por meio de teóricos que trabalham esta perspectiva como mecanismo de auxílio das empresas e ao mesmo tempo promovendo a sustentabilidade.

O levantamento bibliográfico apresentado ao longo deste artigo, se baseou na fundamentação teórica a respeito do Balanço Ambiental e sua importância para o desenvolvimento das empresas públicas e privadas, com destaque para a Prefeitura Municipal de Jussara – GO.

2.1 Contabilidade ambiental

Segundo Sá (2008), o termo ambiental tem uma dimensão muito ampla e isso é resultado das diversas áreas de estudo que se propõem a pensar como promover um desenvolvimento econômico que respeite o meio ambiente e consiga promover melhorias na vida das pessoas.

Na década de 1960, surgiu uma nova categoria de usuários a respeito das informações contábeis motivados por uma insatisfação de caráter social. Neste período foi publicado um relatório denominado “Os limites para o crescimento”, que trazia as projeções relacionadas com o crescimento da população e o esgotamento dos recursos naturais.

A contabilidade precisou, e precisa constantemente, dotar-se de conhecimentos, ferramentas, enfim, de todo um arcabouço conceitual, para bem poder responder a seus desideratos internos e externos. Precisa atender, sobretudo, aos usuários da informação, que tanto podem ser internos como externos, e que, em muitos casos, divergem quanto ao tipo de informação que desejam ver fornecida pela contabilidade (TINOCO e KRAEMER, 2011, p. 11).

A Contabilidade ambiental passou a ter uma área de estudo dentro da Contabilidade no início de 1998 com a conclusão do “Relatório Financeiro e Contábil sobre Passivo e Custos Ambientais” organizado pela ONU (TINOCO e KRAEMER, 2013).

Atualmente, a sociedade passou a ter uma maior consciência a respeito do desenvolvimento sustentável e começou a exigir das empresas dados acerca dos projetos ambientais. Neste contexto, a contabilidade deixou de ser apenas relacionada com questões econômicas e agora tem que se dedicar com a parte de gestão ambiental na busca de prevenção de danos ao meio ambiente, divulgação, prevenir e propor soluções para os dados que possam existir (LIMA; VIEGAS apud KRAMER; TINOCO, 2004).

A Contabilidade Ambiental não é outra contabilidade; assim, todos os eventos econômicos ou fatos contábeis relativos a ações realizadas pela Entidade que, por consequência, causem impacto ao meio ambiente, devem ser reconhecidos e registrados pelo sistema contábil. Portanto, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício e demais informes, as Notas Explicativas e, quando houver, o Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado são as peças contábeis adequadas para evidenciar como essa questão está sendo tratada pela organização (FERREIRA, 2003, p. 108).

Uma das principais contribuições da ciência contábil em relação as questões ambientais estão relacionadas com as informações econômicas e financeiras, para apresentar as pessoas que utilizam determinado serviço a respeito de seus efeitos que podem interferir de forma direta ou indireta sobre o meio ambiente e como isso acaba por ter relação direta com os dividendos da empresa.

Diante disso, é necessário que as empresas consigam cumprir certos procedimentos relacionados com a identificação, mensuração e a contabilização dos gastos relacionados com essas áreas (RIBEIRO, 2010).

Pode-se definir contabilidade ambiental como o estudo do patrimônio ambiental, bens, direitos e obrigações ambientais das entidades. Seu objetivo é fornecer aos seus usuários internos e externos, informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação (COSTA, 2007, p. 29).

Segundo Carvalho (2012), a contabilidade ambiental se caracteriza como um segmento da Contabilidade que tem a responsabilidade de registrar e evidenciar os eventos que provocam transformações no patrimônio da empresa como parte da relação existente com o meio ambiente. Esta contabilidade se dedica as questões relacionadas com a área ambiental.

Conclui-se que a contabilidade ambiental é uma área muito ampla e possibilita ao contador promover dentro da empresa mudanças significativas no âmbito patrimonial das empresas e a relação que existe entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Neste contexto, o contador tem o papel de interligar os interesses econômicos e a preservação ambiental para que todos consigam alcançar seus objetivos e a natureza consiga se manter de pé.

2.2 Balanço Social

O Balanço Social surgiu em um contexto de demonstrar a credibilidade e destacar os dados, sendo que o seu papel passa a ser primordial para que sejam realizadas avaliações do

desempenho e de como as atividades desenvolvidas em certas empresas acabam por afetar o meio ambiente (RAUPP apud HERCKERT, 2008).

Para Tinoco (2001), o Balanço Social é um instrumento de gestão, o gerenciamento da qualidade que a empresa mantém com o seu público para manter o sucesso e a relação que a empresa possui com o seu público. Destaca-se a necessidade de o Balanço Social trazer um reflexo sobre a sociedade.

Tal instrumento é uma forma de fornecer conhecimentos para a sociedade a respeito das ações que foram realizadas pelas empresas. O conhecimento pode acontecer através da divulgação das informações por meio de indicadores, que demonstram como as ações sociais da empresa atuaram em relação aos funcionários e a comunidade.

Portanto, se constitui como “um instrumento de gestão e informação que visa evidenciar [...] informações econômicas e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários” (TINOCO, 2001, p. 14).

[...] o balanço social atende a todos. Para os dirigentes, oferece os elementos essenciais para as decisões sobre programas e responsabilidades sociais que a empresa venha a desenvolver. Os empregados têm a garantia de que as expectativas cheguem até os padrões de uma maneira sistematizada e quantificada. Os fornecedores e investidores passam a conhecer a maneira como a empresa encara responsabilidades em relação ao quadro humano, o que representa um indicador de como a instituição é administrada. Todo esse processo chega até os consumidores, que verificam a qualidade dos produtos. Há uma aproximação entre a empresa e o mercado consumidor. [...] Quanto ao Estado, cabe a concessão de subsídios, importantes para elaboração de normas legais que regulamentem, da maneira mais adequada, a atividade das empresas para o bem-estar individual e da comunidade. Sem distinção, chegando ao lucro sem ultrapassar os limites sociais. Por consequência, mais lucro, maior satisfação dos funcionários e consumidores (SOUZA, 1997, s.p).

Segundo Freitas (2012), o Balanço Social se constitui como uma demonstração das informações econômicas e sociais com caráter qualitativo e quantitativo com o objetivo de demonstrar quais foram as contribuições realizadas em busca de uma melhoria na qualidade de vida dos funcionários.

Para Kroetz (2000), a empresa não está restrita apenas a um “amontoado” de recursos materiais e humanos, que acabam por produzir e modificar os recursos naturais e os coloca à venda. Portanto, ao publicarem o balanço social deve-se demonstrar quais são as políticas praticadas e como isso é refletido no patrimônio e demonstrando a importância deste mecanismo na evolução.

2.3 Prefeitura Municipal de Jussara

O município de Jussara teve seu surgimento no ano de 1945 quando Estevam Fernandes Rebouças, Limírio Neves da Mota, Dionísio Candido da Silva, Antônio Alves de Brito e Antônio Terêncio Sobrinho, chegaram aqui em busca de terras férteis. Ao encontrarem este local formaram um povoado que deu origem à Colônia Agrícola do Água Limpa e com a demonstração da fertilidade do solo e o clima acabou por favorecer o surgimento de fazendas agropecuárias, levando a expansão do povoado e motivou a Câmara Municipal de Goiás a elevar a Colônia a distrito. Em 14 de novembro de 1958 tornou-se município e em 3 de outubro de 1960 realizaram-se as primeiras eleições municipais, sendo eleito Paulo Dias Toledo (JUSSARA, 2018, s.p).

As finanças do município são dirigidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico sob a responsabilidade do vice-prefeito, Adriano Dias da Silva. Entre as competências deste órgão estão.

- I. Planejar, promover e executar a política agrícola e pecuária do município, de acordo com as características e peculiaridades de cada região;
- II. Coordenar implantar ações relacionadas ao abastecimento, armazenamento e comercialização de insumos, gêneros alimentícios e agropecuários;
- III. Coordenar, incentivar e fomentar a implantação de indústrias e geração de emprego e renda;
- IV. Articular políticas de incentivo ao crescimento do comércio local;
- V. Implantar políticas de extensão rural e assistência;
- VI. Incentivar e fomentar o associativismo e cooperativismo e outras modalidades de organizações voltadas às atividades agrícola, pecuária, industriais e comerciais; V
- II. Desenvolver estudos e fomentar ações referente às necessidades de formação de mão-de-obra especializada; (JUSSARA, 2006, s.p.).

Este órgão tem competência para articular as políticas públicas que beneficiam de forma direta o desenvolvimento do município e fornecem políticas públicas que conseguem ter relevância na sociedade principalmente na geração de empregos.

3 BALANÇO AMBIENTAL

No Brasil não existe uma legislação específica para orientar as empresas a realizarem de uma única forma a publicação dos ativos e passivos de caráter ambiental. Para Lehman

(1999), os relatórios de caráter ambiental não devem focar apenas em números, mas conseguir demonstrar para a sociedade como este órgão afeta o meio ambiente e a relação que mantém com a natureza.

As questões ambientais, ecológicas sociais, hoje presentes nos meios de comunicação, vêm fazendo com que contadores e os gestores empresariais passem a considerá-las nos sistemas de gestão e de contabilidade, dando ensejo ao reconhecimento da contabilidade ambiental. Todavia, essa contabilidade é ainda pouco utilizada nas empresas, mesmo no contexto mundial (KRAMER E TINOCO, 2011, p. 45).

Diante da falta de leis reguladoras, na década de 1990 aconteceu um movimento para que acontecessem a publicação de artigos no âmbito social e com as informações ambientais já inclusas. Neste contexto, foi apresentada uma pesquisa a respeito de 33 indústrias do Canadá que possuíam uma atuação nos ramos ambientais e que estas eram sensíveis ambientalmente e com uma tendência em conseguir atender aos acionistas e aos devedores (NEU et. Al, 1998).

Treager (2001) afirma que entre os indicadores ambientais que podem ser analisados para que aconteça o desenvolvimento de um balanço ambiental é necessário que sejam observados os fatores que possam prejudicar o meio ambiente e como isso pode direcionar as ações que podem ser tomadas pela empresa. Esta deve ter a capacidade de realizar algumas ações e ao mesmo tempo conseguir minimizar os riscos ambientais e econômicos, contudo o momento certo do planejamento para observar quais são os problemas e as possíveis soluções.

Vivemos atualmente em uma sociedade que possui um maior posicionamento crítico em relação aos cuidados que devem ser tomados com o meio ambiente. Diante disso, surge a ação empresarial como uma das responsáveis pelos danos ambientais (CABEZAS et. al., 2005), contudo existe um embate com a necessidade de desenvolvimento econômico relacionado com uma natureza preservada.

Em conformidade com Labodová (2004), os fatores ambientais que possuem relação com as ações empresariais são: os possíveis danos ao meio ambiente, risco de dano a vida e saúde dos funcionários e as possíveis perdas econômicas.

Meidinbger (2001) destaca que para a sociedade e o governo, é necessário que aconteça uma ação promovida pela empresa, é fundamento analisar o nível as ações causadas pela empresa a natureza, que pode ser analisada por meio das toneladas de lixo produzidos, o volume de lixo tóxico.

Tachizawa (2002) trouxe a proposta de um modelo de Gestão Ambiental e Responsabilidade Social para empresas que possibilitaria que as decisões relacionadas com o

caráter ambiental e social fossem subordinadas às decisões de caráter estratégico. Portanto, os projetos estratégicos acabariam por exigir a observação de alguns requisitos que pudessem beneficiar o ambiente e a sociedade.

Os índices atuam como uma ferramenta gerencial da empresa para levar a uma visão concisa e ilustrativa do desempenho que a empresa desenvolve. Pode ter um caráter absoluto ou relativo.

4 BALANÇO AMBIENTAL NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA – GO EM 2021

Como uma pesquisa que busca compreender o processo de produção e a análise dos balanços ambientais, demonstra a necessidade de um estudo de caso, com isso se tem a Prefeitura Municipal de Jussara – GO no ano de 2021 como o objeto de estudo.

4.1 Caracterização do município de Jussara - GO

O município de Jussara está localizado na região noroeste do Estado de Goiás e de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Jussara possui uma área de 4.092,556 km² e uma população de 18 587 habitantes em 2018.

Segundo dados do Site Oficial da Prefeitura, Jussara surgiu às margens do Rio Água Limpa, do então município de Cidade de Goiás e pertence atualmente à Região do Rio Vermelho. Com um solo fértil e características climáticas apropriadas acabou por surgirem fazendas e provocou a expansão do povoado que foi elevado a distrito. Sua emancipação política aconteceu em 14 de novembro de 1958 quando tornou-se um município.

A primeira é que transparência é direito de saber, isto é, se a Administração funciona no interesse geral, os cidadãos devem ter o direito de saber o que se passa no interior da Administração porque ela está a seu serviço. O segundo aspecto do princípio da transparência cinge-se ao direito de controle, porque, só conhecendo o que se passa dentro da Administração, o cidadão pode melhor verificar a legalidade e a oportunidade das decisões administrativas e apreciar como o dinheiro público está sendo utilizado. Por fim, por transparência entende-se o direito do cidadão de ser um ator e não só um espectador da vida administrativa: é o direito de não ser mais um administrado, mas um usuário, isto é, de participar dos mecanismos administrativos (TABORDA, 2002 p.258 – 259).

Segundo a Constituição de 1998, no seu artigo 5º, inciso XIV, todos os brasileiros têm direito à informação, exceto nos casos de sigilo. Destaca-se que o poder público tem a responsabilidade de informar e sempre considerando os interesses da administração.

Tabela 1 – Indicadores de Condições Financeiras

1. BASE DE CÁLCULO	R\$ 1,00
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 52.165.177,24
DESPESAS	R\$ 55.155.480,36
FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA	R\$ 48.980.881,31

Fonte: Prefeitura Municipal de Jussara (2021)

No ano de 2021, a Prefeitura Municipal de Jussara apresentou receita líquida de \$52.165.177,24. A Receita Líquida é o resultado da Receita Bruta de Vendas e Serviços, no qual é possível deduzir os valores que foram gastos ao longo do ano por meio de descontos e impostos. As despesas se constituem nos gastos que a Prefeitura Municipal de Jussara teve ao longo do período e por último, a Folha de Pagamento Bruta é a somatória de todas as remunerações, tais como hora extra, salários, gratificações.

Em relação à Folha de Pagamento Bruta, foi observado os indicadores sociais externos.

Tabela 2 – Indicadores Sociais Externos

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	
Fundo de Previdência Municipal	R\$ 5.973.565,94
Câmara Municipal	R\$ 1.831.958,23
FUNDEB	R\$ 6.590.423,25
Fundo Municipal da Criança e Adolescente	R\$ 47.794,93
Fundo Municipal da Segurança Pública	R\$ 60.579,30
Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 1.780.553,71
Fundo Municipal de Saúde de Jussara	R\$ 13.554.887,10

Fonte: Prefeitura Municipal de Jussara (2021)

A responsabilidade social interna tem como foco trabalhar o público interno da organização, desenvolver um modelo de gestão participativa e de reconhecimento de seus empregados, promovendo comunicações transparentes, motivando-os para um desempenho ótimo. Este modelo de gestão interna compreende ações dirigidas aos empregados e dependentes, aos

funcionários de empresas contratadas, terceirizadas, fornecedoras e parceiras (COSTA, 2012, p. 25).

Ao observar os indicadores sociais externos, consta a possibilidade de observar a distribuição do dinheiro público com a sociedade.

Tabela 3 – Análise de Indicadores Ambientais

ANÁLISE DE INDICADORES AMBIENTAIS	
Fundo Municipal do Meio Ambiente	Sem dados
Secretaria de Meio Ambiente	R\$156.456,97

Fonte: Prefeitura Municipal de Jussara (2021)

Para Braga (2007, p. 70) “A forma das demonstrações segue o mesmo padrão de relatórios emitidos para as contas tradicionais, tais como: Balancete Meio Ambiente, Balanço Patrimonial Meio ambiente e Demonstração de Resultado do Exercício Meio Ambiente.”

Observa-se que os indicadores ambientais mostram de forma sintética as informações a respeito dos investimentos da Prefeitura Municipal de Jussara com o Meio Ambiente. Os recursos disponíveis para este órgão são direcionados para auxiliar e comunicar a respeito do desenvolvimento de atividades ambientais com o município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em comento demonstrou que a Contabilidade não se restringe apenas a área urbana, escrituras e a organização patrimonial. Neste âmbito, surgiu a Contabilidade Ambiental que se constitui não só como uma área de estudos, que acontece de forma padronizada e busca demonstrar de que forma os impactos ambientais afetam o patrimônio da empresa, mas como também naquela área que consegue mostrar como ações que tratam a prevenção podem conter riscos.

Além disso, a Legislação Ambiental acaba por promover uma mudança significativa no tocante à transformação da parte ambiental da sociedade, contudo ainda existe uma complexidade na aplicação das leis, uma vez que os contadores não são capacitados para trabalharem nesta área e a falta de conhecimento por parte dos empresários em sua aplicabilidade é uma realidade ainda vigente.

Neste sentido, demonstrada está a necessidade de se desenvolver modelos dentro da Contabilidade que possam se tornar eficazes no processo de aplicação e a relevância de se mostrar aos empresários como o balanço ambiental pode ser utilizado no desenvolvimento das atividades.

O artigo demonstrou os investimentos da Prefeitura Municipal de Jussara – GO no desenvolvimento ambiental, assim como os gastos que foram realizados ao longo de 2021.

Além disso, através do artigo foi possível demonstrar como o Portal Transparência dos municípios demonstram como os recursos públicos são investidos, o salário dos empregados e como a preservação do meio ambiente é influenciada de forma direta pelos recursos disponíveis.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Célia (organizadora). Vários autores. **Contabilidade ambiental: ferramenta para gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

CARVALHO, Gardênia Maria de Braga. **Contabilidade ambiental - Teoria e Prática**. Curitiba: Juruá, 2012.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. **Contabilidade ambiental - Mensuração, Evidenciação e Transparência**. São Paulo: Atlas, 2012.

FREITAS, D. P. S. F. et al. Contabilidade Ambiental: Um estudo bibliométrico em revistas científicas brasileiras. **Revista Ambiente Contábil**, v.4, n. 1, p. 72-88, jan-jun. 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KRAEMER. **Contabilidade Ambiental: o passaporte para competitividade CRSSR & Você** - Florianópolis, VI, nº1, pág. 7, dez/ 2011 – mar/2002.

LEHMAN, G. Disclosing new worlds: a role for social and environmental accounting and auditing. **Accounting, Organizations and Society**. V. 24, p. 217 – 241, 1999.

NEU, D. WARSAME, H.; PEDWELL, K. Managing Public Impressions: Environmental Disclosure in Annual Reports. **Accounting, Organizations and Society**, v. 23, nº 3, p. 265 – 282, 1998

OLIVEIRA, José Arimatés de. Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. **Revista de Administração de Empresas**. v. 24, n. 4, p. 203-210, out./dez. 1984.

RIBEIRO, Máisa de Sousa. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva. 2010.

SOUSA, Valdiva Rossato de; RIBEIRO, Máisa de Sousa. **Aplicação da Contabilidade Ambiental na Indústria Madeireira**. Eac Fea Usp. ano. (2004): 19 par, Disponível em: <

http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad35/ed_35_parte5_pg54a67.pdf>. Acesso em: 08 de set. 2021.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2013.

SÁ, A. L. **Considerações gerais sobre a contabilidade aplicada ao meio ambiente natural**. Disponível em: <<http://www2.masterdirect.com.br/448892/index.asp?opcao=7&cliente=42>>. Acesso em: 01 de out. de 2021.

